

GESTÃO COMPARTILHADA EM MUSEUS: UMA PERSPECTIVA PARA O RESGATE CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Gabriela Cavalheiro Rodighiero¹; Diego Lemos Ribeiro

¹Universidade Federal de Pelotas; gabrielacavalheiro2009@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas; dirmuseologo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, com o tema de pesquisa: “A Legitimação da Representação da Cultura Afro-Religiosa nos Museus de Pelotas por intermédio de uma Gestão Compartilhada e Colaborativa”. Apesar da colaboração ativa dos negros na construção histórica do Brasil, a representação dos negros em espaços culturais e museológicos quase sempre está associada a escravidão e ao sofrimento. Além disso, os caracteres etnoculturais e políticos associados à cultura afro-brasileira, ao longo do tempo, não alcançavam uma relevância significativa como constituintes das memórias regionais e nacionais.

No entanto, na contemporaneidade, tendo como norte os preceitos da museologia social, alguns traços culturais e indenitários estão sendo despertados e mobilizados, nos quais viabilizam e buscam enfatizar a importância da representação da cultura afro-religiosa em espaços culturais e museus. Nesta perspectiva, este texto busca apresentar uma breve síntese por meio das diretrizes, teorias e práticas embasadas nos conceitos da museologia social e gestão compartilhada. Como forma de constatar a teoria e prática, traz igualmente um estudo de caso, a “Campanha Liberte Nosso Sagrado”. Esta campanha teve uma grande repercussão nacional e internacional, resultando no desenvolvimento de atividades através do conceito da Museologia social, gestão compartilhada e colaborativa juntamente com as comunidades e representantes das religiões de matriz Africana no Museu da República, no Rio de Janeiro

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por meio de uma pesquisa qualitativa com pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados autores que apresentam interação com o tema, sendo os principais: Mario Chagas (2009, 2014); Marcelo Cunha (2015, 2017); Marília Xavier Cury (2013); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2018, 2021); Rodighiero (2021) dentre outros. A pesquisa de campo se fundamentou na pesquisa documental. Nessa fase da pesquisa, coletou-se dados junto aos principais museus de Pelotas (Museu da Baronesa, Museu do Doce, MALG e Museu da Biblioteca Pública Pelotense) e sobre os objetos sagrados do acervo do Museu da República, Memorial Iyá Davina, ambos localizados no Rio de Janeiro. Por fim, a pesquisa de campo se concentrou na realização de entrevistas com as instituições museológicas, representantes religiosos. Visto que tais informações são relevantes para o desenvolvimento da construção que esta pesquisa propõe.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As riquezas culturais dos povos afro-brasileiros e os saberes-fazeres ainda continuam na invisibilidade social em instituições museológicas. Com relação ao

Rio Grande do Sul, especificamente Pelotas, conforme Rodrighiero (2021), as exposições são feitas de forma transitória, e quando desenvolvidas estão sempre associadas a escravidão e ao racismo, nos quais os aspectos culturais são poucos valorizados. No que se refere às diferentes possibilidades desta temática e a forma em que foram desenvolvidas, surge o seguinte questionamento: os representantes e os detentores da cultura-afro-brasileira participaram deste diálogo? E pergunta-se: “De que modo viabilizar esses diálogos de forma participativa e colaborativa?”. A bibliografia nos aponta que a categoria de patrimônio cultural está vinculada as grandes obras e fatos memoráveis. Em Pelotas reproduz-se essa ideia. Nos museus locais, o maior referencial tradicional está representado pelos imigrantes europeus: desde a culinária aos monumentos arquitetônicos. O principal museu municipal da cidade de Pelotas, por exemplo, não tem como missão representar o negro. De acordo com a diretora do Museu da Baronesa:

A missão do museu, é um museu de hábitos e costumes, a representação dele, a ideia é justamente mostrar o século XIX, ele tem o estigma de ser um museu da elite branca, porque ele não tem esse viés, em nenhum momento ele fala sobre o negro (MORAES¹, 2021, informação verbal)

Neste contexto, podemos observar que as instituições museológicas contemplam em suas representações o que consideram relevantes para a história do Brasil. Com isso, os negros, os povos originários e comunidades populares não tiveram uma relevância significativa nos museus oficiais: “memórias afro-brasileiras que foram manipuladas deturbadas e minimamente preservadas em museus, por conta de um ideal de branqueamento nacional” (CUNHA, 2017, p.78). De acordo com Chagas (2009, p.67) “o museu real não se qualificava ao “João ninguém”, ao negro escravo ou ao índio, pois esses espaços eram direcionados para as famílias abastadas, aos interesses da aristocracia”, isso por que estes espaços eram “construídos por homens brancos e livres de origens europeias”.

Com a expansão do conceito de patrimônio cultural, a museologia social, por meio de políticas públicas, amplia os debates com relação aos direitos de representação dos negros e de povos originários, ocupando destaque em espaços culturais. Um exemplo disso por ser observado por meio da “Campanha Liberte Nosso Sagrado”, que ocorreu no Rio de Janeiro. As ações desenvolvidas pela campanha, geraram grande repercussão sobre os objetos sagrados oriundos das religiões de matriz africana que haviam ficado mais de 100 anos sob apreensão da Polícia civil do RJ, nos quais eram catalogados como objetos de magia negra.

Essa campanha resultou na realização da exposição “Nosso Sagrado” no tradicional Museu da República (CHAGAS, 2021, 2023, informação verbal). Segundo Chagas (2021, 2023, informação verbal), atualmente estes objetos passam por critérios de higienização, conservação e restauração, pesquisa e estudo. Além disso, estão sendo desenvolvidos materiais educativos por intermédio do acervo, visto que os objetos sagrados estão salvaguardados na reserva técnica do Museu da República (CHAGAS, 2021, 2023, informação verbal). Todas estas práticas estão sendo desenvolvidas por meio de uma gestão colaborativa e compartilhada com os representantes das comunidades da cultura afro-religiosa. Para Chagas (2021, 2023, informação verbal), estes objetos possuem uma potência imensurável para o desenvolvimento de pesquisas e atividades pedagógicas. Esta campanha, que gerou tantos avanços para o conhecimento da cultura afro e religiosa, só foi possível porque os conhecimentos e os saberes sobre os objetos sagrados foram compartilhados por intermédio da colaboração do museu com as comunidades, representantes da cultura afro-religiosa e as suas pluralidades:

¹ Conservadora-restauradora e diretora do Museu da Baronesa.

É importante saber que o Plano Museológico do Museu da República para o período de 2018-2021 foi discutido e aprovado coletivamente e é coerente com a missão da Museologia Social, o que inclui constituir, no Museu, um acervo representativo da pluralidade étnica e cultural do Brasil Republicano e assumir posição clara e democrática face às ações de reparação de justiça. A retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia (e chegada ao Museu da República) insere-se, pois, no campo mais amplo das ações antirracistas e de rejeição à intolerância religiosa e como ação reparadora, a ser realizada em gestão compartilhada com o povo de santo (MONTEIRO, VERSIANI E CHAGAS, 2022, p. 23-24)

Para Alves (2021), a gestão compartilhada é uma metodologia e o autor faz referência ao antropólogo Athias (2019) e à museóloga Cury (2020), que trabalham com museus etnográficos e indígenas onde as comunidades trabalham de forma horizontal e cooperativa com os profissionais que atuam nos museus. Essa atuação pode ser observada no tratamento e reconhecimento dos objetos que necessitam de conservação, na restauração ou, em alguns casos, pode significar a devolução e/ ou repatriação dos bens musealizados, por intermédio de uma gestão compartilhada por narrativas museológicas. Sob a mesma perspectiva, Duarte Cândido, Martins e Aidar (2013) descrevem a gestão compartilhada como um processo de inclusão social que gera frutos a longo prazo, visto que proporciona uma maior acessibilidade aos museus mediante uma ação efetiva nos processos de seleção, preservação e musealização de acervos.

No que se refere às comunidades de matriz africana e às ações desenvolvidas na “Campanha Liberte Nosso Sagrado”, os representantes religiosos e detentores dos saberes-fazeres colaboraram com seus conhecimentos juntamente com o quadro técnico do Museu da República. Nesse processo, mediante um ponto de vista intercultural e interdisciplinar, os detentores e profissionais do museu buscaram soluções e possibilidades conjuntas sobre como preservar, conservar, restaurar e acondicionar esses objetos por meio de processos de musealização de acervos pautados no conhecimento científico e no conhecimento ancestral das comunidades de matriz africana.

Ainda sobre a perspectiva colaborativa, a Portaria 375 de 2018 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por exemplo, define por meio do uso da Educação Patrimonial uma ferramenta para a compreensão histórica das referências culturais com o propósito de assegurar a sua preservação por meio do “diálogo permanente entre os envolvidos e pela participação efetiva das comunidades” (PORTARIA Nº 375, 2018, P.4).

4. CONCLUSÕES

Esta síntese, ilustra o exemplo da Campanha Liberte Nosso Sagrado pois o projeto se construiu por meio da mobilização das comunidades de matriz africana e pelas diretrizes da museologia social. Ao refletir sobre esta Campanha, podemos perceber que a gestão compartilhada foi desenvolvida em todo seu percurso para a construção deste projeto que gerou a exposição “Nosso Sagrado” e outras atividades de caráter pedagógico. Os objetos centrais desta exposição, que eram considerados objetos de magia negra, ficaram aprisionados como fruto de um racismo estrutural de desumanização em uma delegacia por mais de 100 anos, nos quais atualmente se encontram em um museu de notável relevância como objetos de estudo científico.

Desta forma, podemos observar que os conceitos da museologia social, e principalmente a gestão compartilhada e colaborativa em museus, aproxima, liberta e potencializa o conhecimento através de suas práticas. Além disso, este tipo de

experiência promove a democracia e o diálogo, proporcionado inserir, incluir, contemplar e reparar a desigualdade ou a ambiguidade entre a sociedade. Assim sendo, a museologia social, em suas categorias, apresenta possibilidades por intermédio da gestão compartilhada onde busca diretrizes e políticas públicas para a construção do resgate das memórias coletivas. Com isso, as comunidades, sociedades e o poder público colaboram por meio de debates democráticos para promover uma reparação cultural da identidade e do pertencimento cultural Afro-brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, LUIZ GUSTAVO GUIMARÃES AGUIAR .“Liberte Nosso Sagrado”: as disputas de uma reparação histórica. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2021.

CHAGAS, Mário. A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. – Rio de Janeiro : MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário. Museólogo, Professor e Diretor do Museu da República. Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero [De forma virtual, pela Plataforma WebConf/UFPEL, dia 15 de julho de 2021].

CHAGAS, Mário. Museólogo, Professor e Diretor do Museu da República. Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero [De forma presencial, dia 16 de maio de 2023].

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guia de apresentação). In: Caderno do CEOM- Museologia Social. Ano 27, nº 41, 2014.

CUNHA, M. N. B. da . Museu brasileiros e a construção de imagens sobre o negro-Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. In: VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI Pedro Paulo Funari; CARVALHO, Aline.. (Org.). Museus e identidades na América Latina. 1ed.São Paulo: Annablume, 2015, v. , p. 177-187.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO, nº5, p.78-88, 2017

CURY, M. X. Museus em conexões: reflexões sobre uma proposta de exposição. Revista IBICT, Brasília, v. 42, n. 3, p. 471-484, set./dez. 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; MARTINS, Luciana Conrado e AIDAR, Gabriela. “The museum experience: discussion on the relationship between contemporary museums and their visitors”. In: The special visitor: each and every one of us – ICOFOM Study Series, ISS 42. Rio de Janeiro: ICOFOM, 2013.

MORAES, Fabiane. Conservadora-restauradora e diretora do Museu da Baronesa. Entrevista concedida à Gabriela Cavalheiro Rodrighiero [De forma virtual, pela Plataforma WebConf/UFPEL, dia 01 de abril de 2021].

MONTEIRO, Francisco César Manhães; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario de Souza. A chegada e chegadas do nosso sagrado à república. Museologia e Interdisciplinaridade, v. 11, n.22, 2022, p.14-32.

RODRIGHIERO, Gabriela Cavalheiro. A representação da Cultura Afro-Religiosa nos Museus de Pelotas/RS. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em museologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.